

JUNTOS NUM SÓ RITMO? DIPLOMACIA E ESPORTE INTERNACIONAL

Dr. Diego Santos Vieira de Jesus

Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

dvieira@espm.br

Recebido em 27 de junho de 2014

Aprovado em 4 de agosto de 2014

Resumo

O objetivo é examinar as possíveis relações entre a diplomacia e o esporte internacional. Argumenta-se que o emprego do esporte internacional como instrumento diplomático pode trazer flexibilidade para testar forças e fraquezas de relações diplomáticas além das posições políticas oficiais e explorar mudanças políticas, mas os intercâmbios esportivos podem ser ferramentas para punir ou provocar Estados. Os efeitos mais duradouros do esporte internacional sobre a diplomacia são a suspensão e a sublimação do conflito entre entidades políticas, mas o esporte internacional pode também elevar as tensões nacionais e exacerbar relações complicadas. A diplomacia especializada do esporte internacional cria plataformas para a cooperação entre governos de Estados e atores não-estatais visando ao desenvolvimento, mas muitos governos contraem dívidas enormes e têm que honrar “dívidas diplomáticas” com parceiros que apoiam suas campanhas para sediar eventos esportivos. Além disso, os custos sociais de tais eventos podem ser elevados.

Palavras-chave: diplomacia; esporte internacional; Relações Internacionais.

Abstract

All in one rhythm? Diplomacy and international sport

The objective is to examine the possible relationships between diplomacy and international sport. It is argued that the use of international sport as a diplomatic instrument can bring flexibility to test strengths and weaknesses of diplomatic relations beyond the official political positions and explore policy changes, but sporting exchanges can be tools to punish or provoke states. The most enduring effects of international sport on diplomacy are the suspension and the sublimation of conflict between political entities, but international sport can also raise national tensions and exacerbate complicated relationships. The specialized diplomacy of international sport creates platforms for cooperation between state governments and non-state actors towards development, but many governments contracted huge debts and have to honor

“diplomatic debts” with partners who support their campaigns to host sporting events. Moreover, the social cost of such events can be high.

Keywords: diplomacy; international sport; International Relations.

O esporte – definido como a extensão de atividades físicas que abarca jogos e educação física, suas modalidades competitivas e os eventos nacionais e internacionais em que os indivíduos se engajam em tais práticas – mostrou ter uma íntima relação com a política internacional ao longo da história, ainda que nem sempre houvesse o reconhecimento explícito dessa interação por especialistas ou formuladores de decisão. No contexto da relação entre o esporte e a política internacional, cabe destacar a especificidade de uma relação ainda pouco explorada pela literatura: o esporte internacional e a diplomacia, termo que tradicionalmente se refere à condução das relações entre Estados soberanos na política mundial por meio de seus agentes oficiais e por meios pacíficos (BULL, 1977, p. 156). Apenas estudos de caso esporádicos descreveram iniciativas localizadas, como a “diplomacia do ping-pong” entre EUA e China, a “diplomacia do futebol” entre Turquia e Armênia e o impacto que o esporte e a diplomacia tiveram na superação da apartheid e na reintegração da África do Sul à comunidade internacional. Porém, a academia vem mostrando um interesse cada vez maior nas fundações que permitem explicar e compreender a relação entre o esporte internacional e a diplomacia (MURRAY, 2013, p. 12).

As convergências entre o esporte internacional e a diplomacia podem ser múltiplas e estão agrupadas em basicamente duas grandes categorias. A primeira categoria é aquela em que o esporte internacional é conscientemente empregado pelos governos como um instrumento de diplomacia. A “diplomacia esportiva” é em geral associada a governos empregando atletas e outras pessoas ligadas ao esporte internacional para disseminar uma mensagem diplomática ou a Estados explorando

eventos esportivos para conquistarem oportunidades de diplomacia pública, amenizar tensões nas relações diplomáticas ou simplesmente testar o espaço para uma possível mudança política. A segunda categoria está relacionada à representação, à comunicação e à negociação diplomáticas de atores não-estatais que ocorrem como resultados de uma competição esportiva internacional. Ela inclui tanto os efeitos do esporte internacional sobre a diplomacia como a diplomacia especializada do esporte internacional, que se refere às atividades diplomáticas que ocorrem para tornar uma competição esportiva internacional possível. Organizações como o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) engajam-se em negociações com governos, comissões esportivas regionais e nacionais, grandes empresas globais que patrocinam as competições, empresas da mídia global e organizações da sociedade civil. O impacto dessa categoria de diplomacia é alto por conta de seu volume, frequência e habilidade de engajar corações e mentes e gerar lucros no mundo inteiro (MURRAY e PIGMAN, 2014, p. 1009).

O objetivo deste artigo é examinar as possíveis relações entre a diplomacia e o esporte internacional. Argumento que:

- 1) O emprego do esporte internacional como instrumento diplomático na forma da “diplomacia esportiva” permite aos governos uma flexibilidade considerável para testar as forças e as fraquezas de uma relação diplomática além das posições políticas oficiais, e os intercâmbios que tal diplomacia promove são métodos brandos de se explorarem possíveis mudanças políticas. Entretanto, tais intercâmbios podem ser empregados como ferramentas para punir algum Estado ou o provocar;

- 2) Os efeitos mais duradouros do esporte internacional sobre a diplomacia são a suspensão e a sublimação do conflito entre entidades políticas, mas o esporte internacional pode afetar as relações diplomáticas de forma a elevar as tensões nacionais e exacerbar relações complicadas;
- 3) A diplomacia especializada do esporte internacional cria plataformas para a cooperação entre governos de Estados e atores não-estatais visando a atingir objetivos comuns de promoção do desenvolvimento, e, no caso de Estados emergentes, tem-se a possibilidade de converter um conjunto limitado de recursos em capital político e diplomático na negociação com Estados desenvolvidos. Todavia, muitos governos acabam contraindo dívidas enormes e tendo que honrar as “dívidas diplomáticas” adquiridas com os parceiros que os apoiam em suas campanhas para sediar eventos esportivos. Os interesses das comunidades locais, as práticas democráticas e a transparência pública também podem ser marginalizados na realização de grandes eventos esportivos.

Na próxima seção, explorarei a relação mais abrangente entre o esporte e a política internacional. Na seguinte, examinarei o emprego do esporte internacional como instrumento diplomático e, a seguir, os efeitos do esporte internacional sobre a diplomacia. Antes de tecer as considerações finais, analisarei a diplomacia especializada do esporte internacional.

O esporte e a política internacional

Grande parte da literatura que se debruçou sobre o estudo de esporte e relações internacionais buscou examinar como a expansão do esporte profissional e os lucros gerados pelas ligações da mídia com as atividades esportivas transformaram a economia

política internacional. Ademais, procurou examinar como o esporte contribui para a construção da nação e de noções identitárias (BUDD e LEVERMORE, 2003). Cha (2008) observa que, ao mesmo tempo em que o esporte – mais precisamente, os eventos esportivos – pode gerar inovações como a “diplomacia do ping-pong” desenvolvida por Richard Nixon e Mao Tse Tung, ele também pode provocar impasses sérios no relacionamento interestatal, como os motivados pela deserção de atletas. Tratando especificamente dos Jogos Olímpicos, Senn (1999) argumenta que, mais do que eventos esportivos, as Olimpíadas são um colosso político-econômico internacional, que abarca a saturação rápida da mídia, altas apostas financeiras e fortes interesses políticos de indivíduos e grupos desde o seu início na Era Moderna, em 1896. A inter-relação entre esporte e política opera em múltiplos níveis de acordo com Houlihan (1994), que, ao focar o nível internacional, verifica que o esporte pode funcionar como um veículo para a diplomacia, a disseminação de ideologias, a construção de nações, a ampliação da inserção internacional e a conquista de ganhos comerciais. Segundo Allison e Monnington (2002, p. 107-111), os Estados usaram os esportes de duas maneiras fundamentais: para venderem sua imagem – tanto na busca do sucesso em alguma iniciativa como na tentativa de atingirem maior aceitação da comunidade internacional – ou penalizar o comportamento que desaprovam, como visto nos boicotes de Estados africanos ao regime sul-africano durante a apartheid, uma alternativa estratégica de menor custo em relação a outros métodos políticos na expressão da insatisfação e da crítica. Ademais, os benefícios adquiridos com o uso do esporte na política internacional não se traduzem necessariamente em termos tradicionais de poder bruto ou controle, mas de status ou prestígio de nações e sociedades civis.

Parte de literatura debruçou-se especialmente sobre a história da interação entre esporte e política internacional. Hardcastle (2006) indica que, apesar de as origens dessa relação serem obscuras, diversas sociedades buscaram participar de diferentes competições esportivas que estimulassem o intercâmbio cultural e contribuíssem para a expressão do discurso político de seus membros, a exemplo dos antigos egípcios, gregos e romanos. Esses dois últimos, inclusive, competiam em eventos como corridas de carruagens e lançamento de dardos, contando com a participação de animais ou o uso de dispositivos mecânicos. O isolamento cultural pelo sistema feudal durante a Idade Média e a oposição religiosa ao uso do corpo para a diversão dificultaram o desenvolvimento do esporte organizado no Ocidente. Posteriormente, o Renascimento e o Iluminismo despertaram novamente o interesse em jogos e exercícios, e somente no século XIX foi disseminada uma vez mais a crença de que os esportes poderiam ser uma recreação útil e um meio de interação entre povos e nações. Com o início dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e o desenvolvimento de sistemas atléticos intercolégiais nos EUA, formas de esporte amador se desenvolveram, e o esporte profissional trouxe um número crescente de espectadores. No século XX, eventos como os Jogos Pan-Americanos e os Jogos da Comunidade Britânica foram criados, e os esportes tornavam-se cada vez mais politizados, como demonstraram o boicote aos Jogos Olímpicos de Moscou em 1980 por Estados ocidentais e a retaliação da URSS e seus aliados quatro anos depois, nos Jogos Olímpicos de Los Angeles. Hardcastle (2006) lembra que os eventos esportivos hoje trazem a chance de promoção da cultura, da política e do comércio dos Estados. Outros autores veem como os esportes acompanham e participam do desenvolvimento de fenômenos internacionais contemporâneos, como a globalização. Miller et al. (2001) argumentam que o esporte é o aspecto mais universal

da cultura popular, num momento em que atravessa as barreiras linguísticas e ultrapassa as fronteiras nacionais, atraindo espectadores e participantes numa “língua comum” de paixões e desejos. Ao mesmo tempo em que se coloca como fonte de prazer, o esporte é também parte da administração da vida cotidiana: a criação de calendários esportivos e movimentos de recreação racional e o desenvolvimento da educação física no setor público são concebidos pelos autores como formas de disciplinar populações em sociedades urbanas e industriais. Simultaneamente, o esporte se coloca como uma das principais frentes do processo de globalização, já que une comunidades dispersas e gera riqueza econômica em culturas organizadas de acordo com a burocratização e a ideologia vigentes.

O esporte pode permitir o resgate do sentido de ordem, segurança e humanidade, em particular em regiões afetadas por conflitos no mundo contemporâneo. Num contexto globalizado, também se consolidou como atividade econômica bastante lucrativa para grandes empresas transnacionais, além de favorecer o turismo e servir como veículo de marketing para cidades e Estados que aspiram a uma posição global mais elevada (JACKSON e HAIGH, 2008, p. 349-350). Black (2008) argumenta que, conforme as forças associadas à globalização pressionam governos a atuar em múltiplos níveis além dos instrumentos tradicionais de política de desenvolvimento, o apelo estratégico para sediar competições internacionais de grande e médio porte pode funcionar como um meio de fortalecer o prestígio global e ampliar a vantagem competitiva, mesmo que as perspectivas de sucesso sejam de longo prazo ou exageradas.

Grandes eventos esportivos também podem, de acordo com Cornelissen (2008) na sua análise da campanha da África do Sul para sediar a Copa do Mundo da FIFA de

2010, servir a um projeto maior constitutivo de nação. Eles permitiriam o ganho de maior visibilidade e respeito no nível externo, contribuiriam para convencer a comunidade internacional acerca da obrigação moral de promover justiça e equidade em relação aos Estados do Sul e estimulariam a ampliação da coesão social e política na esfera doméstica. Há especialistas que defendem que os intercâmbios esportivos podem conduzir à ruptura de estereótipos negativos no relacionamento com a diferença, redirecionando as disputas do campo de batalha para os locais de competição esportiva. Ademais, eles funcionariam como primeiros passos para o engajamento internacional de Estados isolados, trazendo a promessa de integração e cooperação global (GOLDBERG, 2000, p. 63). Ao examinar o caso da penetração do futebol no Japão e em antigas colônias japonesas – China e Coreia do Sul –, Manzenreiter (2008) sinaliza que o esporte pode viabilizar a expressão e a negociação de ideias de identidade, poder e status e a mediação com a diferença. É possível também argumentar que o esporte serviu como um meio de difundir causas políticas e expressar a luta por direitos de grupos específicos. Um dos casos mais emblemáticos foi a “saudação do Poder Negro” pelos velocistas norte-americanos Tommie Smith e John Carlos, respectivamente medalhistas de ouro e bronze dos 200m rasos nos Jogos Olímpicos de 1968, na Cidade do México. Eles foram de pés descalços ao pódio e levantaram seus punhos fechados, cobertos por luvas negras durante a execução do hino nacional dos EUA ao receberem suas medalhas, num símbolo da luta dos afro-americanos pelos direitos civis (GOLDBERG, 2000, p. 64).

Em face da possibilidade do esporte de operar como uma fonte de identificação coletiva, ele também serviu como uma expressão da identidade nacional e do nacionalismo. Isso permitiu sua utilização e manipulação visando à demonstração da

superioridade ideológica de sistemas políticos ou Estados específicos, ao estímulo à competição internacional e à promoção da coesão interna em torno de interesses, valores e gostos particulares de grupos localizados – sendo um exemplo visível desse último fator a manipulação das vitórias brasileiras nas competições internacionais de futebol durante o regime militar a fim de estimular o nacionalismo e abafar a oposição ao regime. Donnelly (2008, p. 382) sustenta que, se por um lado há quem defenda que o esporte pode desenvolver o entendimento entre os indivíduos, facilitar o diálogo entre comunidades distintas e estimular a tolerância entre Estados, outros veem que ele também pode operar com base em princípios de exclusão social e ser usado para promover conformidade ideológica, militarismo e intolerância em torno de conceitos ligados a gênero, orientação sexual e raça. Ademais, o estímulo às atividades esportivas como meio de preparação física foi fundamental ao desenvolvimento de exércitos melhores e, como argumentam Jackson e Haigh (2008), como um veículo de demonstração da superioridade ideológica por meio da excelência atlética em competições internacionais. Em alguns casos, a necessidade de capturar a atenção mundial a partir da demonstração de valores ligados à saúde e o desejo de conquistar projeção e aceitação fizeram com que, no passado, governos estimulassem programas de desenvolvimento de anabolizantes para a melhoria do rendimento dos seus atletas, como Gerrard (2008) documenta no caso do programa estatal de desenvolvimento de esteroides anabólicos e androgênicos para a melhoria do rendimento dos atletas da Alemanha Oriental durante a Guerra Fria. Segundo Goldberg (2000, p. 64), os governos reconheceram a importância do esporte na promoção da saúde e do bem-estar de suas populações, mas também como uma ferramenta diplomática a partir do uso de boicotes, da propaganda política e da recusa de emissão de vistos. O século XX foi carregado de

exemplos do uso do esporte por Estados a fim de validar sistemas políticos e crenças, como a tentativa de Adolf Hitler de demonstrar a superioridade ariana nos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936 e as disputas entre EUA e URSS para demonstrar os méritos de seus modos de produção e sistemas políticos durante a Guerra Fria (GOLDBERG, 2000, p. 64). Ademais, atores não-estatais como organizações terroristas também utilizaram eventos esportivos para causar prejuízos, provocar o choque, ganhar a atenção da mídia mundial e ampliar a incerteza política, como fez o grupo palestino Setembro Negro ao sequestrar e assassinar 11 atletas israelenses durante os Jogos Olímpicos de Munique em 1972. Como lembra Toohey (2008, p. 438), o terrorismo se alimenta da cultura do medo criada por uma “sociedade de risco”, de forma que os eventos esportivos, atletas, espectadores e patrocinadores de competições podem ser concebidos como alvos potenciais da ação terrorista. Eventos maiores podem atrair a atenção da audiência internacional e ser utilizados para disseminar formas de violência política, o que, por outro lado, pode gerar mais cooperação governamental no combate à ameaça.

Atualmente, organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas vêm procurando estimular as práticas esportivas na promoção da paz e na mobilização de sociedades na busca da conscientização sobre diversos temas, bem como na melhoria das condições de saúde e de educação, na geração de emprego e na promoção da tolerância e dos direitos humanos (JACKSON e HAIGH, 2008, p. 351-352). Contudo, como aponta Kidd (2008), o potencial das iniciativas lideradas por organizações internacionais intergovernamentais e não-governamentais na promoção do desenvolvimento, na ajuda humanitária e na reconciliação após as guerras por meio do esporte ainda é limitado em face da dificuldade em engajar a maioria das populações

das sociedades assistidas nessas iniciativas e em manter os melhores atletas e treinadores nos Estados menos desenvolvidos. Padrões circunscritos de atuação também podem ser observados no que diz respeito à defesa dos direitos humanos, em particular quanto ao direito de participar dos esportes e à inclusão das diferenças por meio do esporte. Donnelly (2008) sinaliza que muitos direitos não foram exercidos ou foram interpretados de maneira neocolonialista, de forma a se levar à marginalização de culturas aborígenes e à criação de sistemas esportivos que enfatizam o desenvolvimento de atletas em esportes de alto rendimento em vez da participação de todos os cidadãos. Ademais, a inclusão de mulheres, homossexuais, deficientes físicos e aborígenes num sistema esportivo ainda caracterizado por modelos de uma sociedade branca e patriarcal ocorreu de forma irregular.

Segundo Maguire (2008, p. 445), a migração intracontinental e intercontinental de atletas, treinadores e especialistas da área de esporte tornou-se cada vez mais frequente, e, nesse processo, existem claros padrões nacionais no recrutamento desses atletas em esportes como futebol, basquete, críquete, hóquei no gelo e atletismo. Nesse recrutamento, os perfis de relação com a diferença e a definição de estereótipos que estabelecem qualidades e defeitos dos atletas vindos de diferentes Estados e grupos étnicos se consolidam. Ademais, como indica Maguire (2008, p. 451-452), os Estados latino-americanos e africanos de onde vêm esses atletas podem sofrer a perda de talentos para os desenvolvidos, onde os atletas em geral recebem melhores salários e contam com melhor infraestrutura. Os Estados menos desenvolvidos muitas vezes investem na produção de determinados talentos esportivos, mas, uma vez que eles atingem a maturidade, as ligas mais desenvolvidas economicamente em Estados desenvolvidos os recrutam. Segundo Allison e Monnington (2002, p. 130-131), se no

passado os atletas representavam embaixadores de seus Estados, hoje cada vez mais se tornam produtos no mercado esportivo global e estão sujeitos a forças econômicas que requerem que eles respondam às suas necessidades. Em busca de fama e fortuna, diversos atletas deixam seus Estados de origem onde poderiam ser colocados como modelos para futuras gerações de esportistas, o que também limita a possibilidade de que sejam usados por líderes a fim de atingir objetivos políticos ou pessoais. Na sociedade receptora desses atletas, observam-se choques constantes no que diz respeito à promoção do sucesso comercial dos clubes e ao prestígio associado às seleções nacionais, bem como a disputa entre aqueles que visam à criação de um espetáculo que possa ser vendido para a mídia e aqueles que defendem a identidade local e o desenvolvimento dos atletas. Maguire (2008, p. 456) sinaliza que a globalização também pode ter conduzido a uma nova onda de rivalidade étnica, nacionalismo e rejeição de outras culturas, o que incide diretamente na relação dos atletas de outras regiões do planeta com torcidas adversárias e até mesmo com as suas próprias torcidas e alimenta o preconceito. Exemplos podem ser vistos nas ofensas racistas contra jogadores de futebol latino-americanos e africanos que atuam em times europeus por torcidas adversárias, membros das torcidas de seus próprios times e jogadores europeus de outros clubes. Em abril de 2014, numa partida entre o Barcelona e o Villareal pelo Campeonato Espanhol, um torcedor jogou uma banana no campo numa atitude racista. O jogador brasileiro Daniel Alves pegou a fruta e a comeu, ironizando o ato racista do torcedor.

O esporte internacional como instrumento diplomático

Enquanto a política externa lida com os fins dos Estados, a diplomacia tradicionalmente lida com os meios para que esses fins sejam atingidos. Além da negociação, da comunicação, da coleta e da disseminação de informação, da representação e da minimização do atrito nos assuntos internacionais, a diplomacia tradicional cada vez mais mostrou não se opor ao emprego de meios, parceiros e caminhos não-convencionais para disseminar sua mensagem, como intercâmbios culturais ou instituições de poder brando que pudessem substituir a interação diplomática formal e criar novos canais diplomáticos. Nesse contexto, o esporte veio tendo uma função importante e passou a ser cooptado pela política (MURRAY e PIGMAN, 2014, p. 1099-1100).

A diplomacia interestatal se desenvolveu e se manteve estável por séculos. Durante muito tempo, os diplomatas mantiveram-se como leões-de-chácara elitistas de uma atividade privilegiada e fechada, com tradições históricas que escapavam ao cidadão comum. Porém, gradualmente, a diplomacia tradicional se viu ameaçada. O ambiente pós-Guerra Fria foi marcado pela emergência de novas ameaças e pela permanência de formas obsoletas de se fazer frente a elas. Tal ambiente não foi positivo para as instituições diplomáticas tradicionais, em parte por causa de sua inabilidade de lidar com ameaças contemporâneas, como a mudança do clima, o terrorismo e as crises financeiras internacionais. Nesse cenário, foi significativa a democratização da diplomacia, com a crescente pressão pública por mais transparência nas relações internacionais, alimentada pela revolução nas tecnologias de informação e comunicação. A aparição de novos atores diplomáticos como ONGs e corporações transnacionais levou ao surgimento de redes verticais e horizontais na diplomacia e

gradativamente cobriu os vácuos de responsabilidade deixados pelos Estados, cuja relevância e efetividade para resolver os problemas trazidos pela globalização foram frequentemente questionadas. Como o Estado, a diplomacia tradicional foi acusada de ser obsoleta, irrelevante, arcaica, fossilizada, elitista e autocentrada, sendo constantemente atacada pela falta de prestação de contas conducente a uma crise da legitimidade diplomática. Nesse contexto, tem-se o desenvolvimento da “diplomacia pública”, que não é propriamente um termo ou uma prática nova, mas somente nas últimas décadas as condições para sua emergência mostraram-se ideais. Ela pode ser definida como um exercício de persuasão e influência que se estende para além da diplomacia tradicional ao mobilizar um conjunto maior e diverso de atores tanto dentro como fora do governo (MURRAY, 2011, p. 4-8). A diplomacia pública pode ser alcançada em vários níveis, como a diplomacia dos governos para as pessoas, com o objetivo de influenciar a percepção de um Estado por organizações e indivíduos; a diplomacia cultural; e a diplomacia interpessoal, que vai além dos esforços dos governos de se comunicarem com as audiências estrangeiras (VANC, 2014, p. 1187).

A nova diplomacia pública é caracterizada pelo engajamento com o público em geral, num contexto em que múltiplos atores – inclusive instituições governamentais e não-governamentais – colaboram, interagem e trabalham para desenvolver relações duradouras. Ideias, valores, imagens e normas desempenham um papel maior na prática diplomática atualmente. O ajuste da prática diplomática resultou na configuração da diplomacia pública como uma forma de engajamento diplomático, bem como parte de uma colaboração mais abrangente com outros atores. Assim, o Estado deve trabalhar para compreender qual é o seu papel em cada instância. Nessa perspectiva, a diplomacia pública não é um produto que o Estado fabrica para o consumo, mas um processo de

colaboração entre parceiros no qual o resultado é o desenvolvimento de confiança e entendimento mútuo, ou seja, de capital social. Ela não somente incorpora novos atores, mas endereça questões globais mais complexas e reconhece que as redes e as relações importam, dada a multiplicidade de conexões e interações internacionais baseadas em comércio, turismo, comunicações e migração. Uma perspectiva relacional para o desenvolvimento da diplomacia pública abarca Estado, empresas, sociedade civil e ONGs e inclui audiências domésticas e externas como partes de diálogos, eventos ou projetos. A comunicação aberta e bidirecional ao longo de vários meios e canais é utilizada, e os objetivos de transparência e inclusão são plenamente assumidos. Nessa perspectiva, o sucesso depende da habilidade de seus praticantes de construir conexões positivas e produtivas para indivíduos e grupos imersos em redes de comunicação. O processo – não tanto o produto – é essencial, porque mantém a possibilidade de criação de capital social, que sustenta a interação futura (DEOS, 2014, p. 1172-1173).

No contexto do desenvolvimento da diplomacia pública, os diplomatas tradicionais estão se engajando com organizações esportivas e indivíduos ligados ao esporte. Essa rede emergente levou à introdução, no léxico dos Estudos Diplomáticos, da expressão “diplomacia esportiva”, que se coloca sob o guarda-chuva da diplomacia pública. A diplomacia esportiva envolve atividades representativas e diplomáticas conduzidas por pessoas ligadas ao esporte em nome dos governos ou em cooperação com eles (MURRAY, 2011, p. 4-8). A diplomacia esportiva também pode ser identificada com o uso dos esportes como instrumentos para avançar objetivos, causas e interesses de política externa e como fontes significativas de poder brando (CASTRO, 2013, p. 30). O poder brando relacionado ao esporte emerge da associação da prática do esporte e da realização de eventos esportivos à construção de uma identidade nacional

ou de uma “marca nacional” que promova coesão domesticamente e prestígio internacionalmente. Sendo altamente dependente da opinião pública, dos valores sociais e das construções de identidade, o esporte pode oferecer oportunidades para uma diplomacia pública efetiva. A diplomacia esportiva pode ser útil no fortalecimento de identidades e imagens e no desenvolvimento de conexões e relações entre redes e audiências para benefício mútuo (DEOS, 2014, p. 1176).

Vários governos tentaram, com níveis diferentes de sucesso, usar o esporte como um identificador nas mentes da audiência global para representar uma imagem idealizada de seu Estado e sua sociedade. Uma diplomacia pública bem sucedida por meio do esporte pode também contribuir para uma concomitante promoção de investimento, comércio e turismo ou ajudar Estados menos desenvolvidos a conquistar poder e influência adicionais. Além do prestígio internacional do Estado, o sucesso em eventos esportivos globais contribui para a mensagem que o governo deseja enviar para o mundo. Finalmente, a mídia pode ver as competições internacionais como ocasiões para canalizar a atenção para rivalidades entre Estados, colocar em teste sistemas políticos e sociais ou dar uma composição metafórica ao esporte como diplomacia e aos esportistas internacionais como “diplomatas públicos”. Eles podem ser celebridades engajadas na “diplomacia das celebridades”, parte de um fenômeno público de ativismo no cenário global caracterizado por um elemento de espetáculo. No centro dessa diplomacia está o engajamento em apelos diretos à audiência, sendo que tais “diplomatas públicos” não têm treinamento formal, mas têm amplas habilidades de comunicação, uma consciência de missão e um alcance global. Eles entram no mundo diplomático oficial e operam por meio de relações complexas com os funcionários do Estado. Ademais, tais pessoas ligadas ao esporte alcançam e mantêm a posição de

estrelas ou celebridades por meio do reconhecimento público de seus desempenhos em competições esportivas internacionais. Por conta de sua proeminência, as celebridades esportivas representam o cosmopolitismo e a cidadania global e têm o potencial de atrair visibilidade. Governos celebram esportistas e seus feitos e os veem como ferramentas na promoção do prestígio internacional do Estado e do turismo, bem como no fortalecimento da reputação estatal (VANC, 2014, p. 1188-1192).

A prática da diplomacia esportiva pode apontar para o uso de pessoas ligadas ao esporte e eventos esportivos para engajar ou informar as populações e as organizações estrangeiras, definindo suas percepções numa forma mais conducente à realização dos objetivos da política externa do governo. No ambiente dinâmico da diplomacia moderna, pessoas e eventos ligados ao esporte internacional podem ser utilizados para ampliar a visibilidade de uma mensagem relacionada à política externa, além do fato de que o esporte pode ser usado para construir diálogo entre partes em conflito ou mesmo funcionar como uma ferramenta punitiva, como a proibição colocada à participação da África do Sul em competições esportivas durante o regime do apartheid. Um Estado pode, por exemplo, enviar uma mensagem ao expressar seu repúdio a ações de outro, como na ocasião em que os EUA boicotaram os Jogos Olímpicos de Moscou em 1980, atitude que foi reproduzida pela URSS e alguns de seus Estados satélites ao se recusarem a participar dos Jogos Olímpicos de Los Angeles quatro anos depois. Ademais, as competições esportivas podem ser usadas na diplomacia como um artifício para administrar a hostilidade entre povos, nações e governos. Tal administração pode se estender da sublimação ou controle da hostilidade à gestão do conflito. O esporte entre nações e povos também pode ser usado para consolidar desenvolvimentos políticos e fortalecer laços de amizade entre lideranças. Mesmo nas comunidades pré-

vestfalianas, competições esportivas eram organizadas com o objetivo de reduzir as tensões e como meios de conduzir os povos a verem uns aos outros como comunidades que partilham interesses comuns pelo esporte. Na era moderna, a diplomacia esportiva pode ser instigada por organizações não-governamentais ou competidores e assim abarcada pelos governos. Isso ficou claro no caso da visita do time de tênis de mesa dos EUA à China em 1971. A proposta foi abarcada pelos governos de ambos os Estados como um veículo para testar se as populações aceitariam uma maior abertura diplomática formal. Assim, a já mencionada diplomacia do ping-pong abriu caminho para as posteriores visitas de autoridades dos EUA à China em 1972, inclusive do presidente norte-americano Richard Nixon. A diplomacia esportiva pode também criar canais alternativos para a diplomacia, ao permitir que Estados se movam para além das posições mais rígidas de sua política externa. Por exemplo, após a crise envolvendo a região da Caxemira em 2002, os governos da Índia e do Paquistão facilitaram uma série de partidas de críquete em 2004 a fim de reduzirem as tensões e explorarem a possibilidade de normalização das relações, a abertura de fronteiras e a retomada das negociações diretas na área de segurança. A diplomacia esportiva pode permitir transcender as diferenças culturais e políticas, oferecer caminhos diferentes para a ampliação do diálogo e unir povos em conflito pela afeição mútua ao esporte (MURRAY e PIGMAN, 2014, p. 1101-1102).

Tais funções são possíveis, porque, como Goldberg (2000, p. 66-69) argumenta, o esporte viabiliza a apreciação e o entendimento do espírito de cooperação e de competição justa, reforçando aspectos de humanidade comum às diversas comunidades políticas ao redor do planeta. Nesse sentido, abriria espaços de conversação e interação com a diferença. Desde a década de 1970, governos de nações africanas e latino-

americanas usaram o esporte como um meio de promoção de orgulho e solidariedade, contrastando a imagem de sucesso de seus atletas com a ideia de nações com economias e sistemas políticos falidos e pressionando nações mais desenvolvidas por maior reconhecimento dos méritos das menos abastadas. Ademais, os reconhecimentos de realizações de atletas independentemente da nacionalidade – havendo assim a possibilidade de glorificação de heróis esportivos de outros Estados – permitiria ao esporte atuar como um canal para maior entendimento. As populações poderiam substituir estereótipos acerca de adversários ou párias por visões que reconhecessem as riquezas e os méritos de outras sociedades e permitissem a construção de alternativas que impedissem o prolongamento de hostilidades, como uma possível mudança da imagem da Coreia do Norte nos EUA como um regime ditatorial e opressor pela figura celebrada do jogador de basquete norte-coreano Michael Ri (GOLDBERG, 2000, p. 66-69).

Segundo Cornelissen (2008, p. 481-482), o esporte pode funcionar como um instrumento de política visando à satisfação de necessidades e interesses domésticos e externos dos Estados. Em face dos principais desenvolvimentos da economia política internacional na contemporaneidade, os esportes se tornaram meios importantes pelos quais os Estados procuram se retratar para investidores estrangeiros e turistas, além de servirem como meios de comunicar mensagens para suas contrapartes. A instrumentalidade do esporte – em particular dos megaeventos esportivos – revela formas alternativas de condução das relações internacionais, permitindo, por exemplo, que um conjunto de Estados traduza as desvantagens econômicas e políticas em vantagens. Muitos Estados em desenvolvimento – como a África do Sul na competição para sediar a Copa do Mundo da FIFA de 2010 e o Brasil na disputa para que o Rio de

Janeiro sediase os Jogos Olímpicos de 2016 – usam recursos mais limitados a fim de competir contra nações poderosas para sediar megaeventos esportivos futuros. Em tais ocasiões, eles exploram suas características culturais, riquezas naturais e beleza e, em nível estratégico, proclamam o status de “marginalizados” e “excluídos” na ordem internacional, o que faz com que possam influenciar a forma como megaeventos são vistos pelas próprias federações internacionais de esporte: mais do que competições esportivas, são retratados como projetos inseridos em perspectivas de desenvolvimento desses Estados. Diversos Estados colocam-se como representantes de regiões específicas, buscando, assim, projetar-se como líderes de áreas onde se situam, como ficou visível na evocação do pan-africanismo pela África do Sul na campanha para sediar a Copa do Mundo da FIFA de 2010.

Em suma, existem benefícios para os governos que usam o esporte como um instrumento diplomático. Primeiramente, pode-se dizer que mudanças radicais no ambiente diplomático moderno forçaram as instituições diplomáticas tradicionais a se reformarem e se adaptarem. A diplomacia esportiva incorpora uma resposta governamental proativa a críticas de que a diplomacia estaria obsoleta ou fossilizada ao se colocar como inovadora, efetiva e pública. Ademais, os eventos esportivos e as pessoas ligadas ao esporte podem fortalecer a diplomacia estatal por meio de programas que estimulam o intercâmbio cultural. Tais programas podem assim operar como instrumentos de promoção da paz em Estados em desenvolvimento e em focos de tensão, bem como mitigar o preconceito, fortalecer minorias e superar estereótipos de épocas coloniais. Para os governos, os intercâmbios promovidos pela diplomacia esportiva são meios atrativos de promover o entendimento e a amizade em nível internacional e buscar dissipar estereótipos e preconceitos numa forma que tem riscos e

custos relativamente baixos (MURRAY, 2013, p. 13). Além disso, o esporte pode sublimar o conflito ao conduzir uma batalha metafórica no campo. Assim, o esporte pode ser um meio poderoso de se construírem relações através das divisões culturais e étnicas, com a mensagem positiva de valores partilhados, como o respeito mútuo, a tolerância, a compaixão, a disciplina, a igualdade de oportunidades e o domínio da lei. Finalmente, os megaeventos esportivos podem oferecer oportunidades significativas para a diplomacia pública. Se a postura, a imagem e a mensagem diplomáticas de uma nação que sedia um megaevento esportivo estão alinhadas a valores esportivos positivos, a percepção das populações estrangeiras pode ser significativamente alterada. Foi o caso da China, que sediou em Pequim os Jogos Olímpicos de 2008 e utilizou a oportunidade para estimular e consolidar sua imagem como uma economia moderna e emergente. O Brasil procura estimular tal imagem com a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro (MURRAY e PIGMAN, 2014, p. 1102-1103). Como aponta Nauright (2013, p. 23-25), a diplomacia se desenvolveu no pós-Guerra Fria para a definição das visões internacionais dos Estados como locais para o desenvolvimento de negócios e do turismo. Assim, a comercialização da “marca nacional” tornou-se cada vez mais fundamental num mundo economicamente integrado, além de que o poder de atração no cenário internacional é também usado por governos e políticos a fim de fortalecerem suas próprias “marcas” entre os cidadãos e ganharem ou sustentarem sua legitimidade. Megaeventos como os Jogos Olímpicos ou a Copa do Mundo da FIFA envolvem liderança política no Estado-sede e em geral definem legados que governos e líderes imaginam para eles mesmos. Esses eventos tornaram-se pontos focais com valor simbólico que vai além dos resultados nas competições esportivas. Tais competições e torneios são considerados eventos a serem

comercializados e geridos, e, uma vez que sejam grandes e espetaculares, atraem o interesse da mídia na nação ou cidade-sede, o que se pode traduzir em entrada de capital pelo turismo e novos investimentos. A comercialização dos destinos como locais desejáveis para o investimento e o turismo incluiu o esporte e as competições esportivas como elementos centrais de novas estratégias de desenvolvimento econômico. Eventos esportivos são particularmente atraentes, pois podem evocar um poderoso imaginário e mobilizar respostas emocionais por parte dos espectadores. Esses eventos também existem para legitimar instituições políticas, econômicas, diplomáticas e militaristas que os apoiam e recebem benefícios com tal apoio. Como aponta Castro (2013, p. 31), é importante observar que economias emergentes como o Brasil, a África do Sul, a China, a Índia e a Rússia parecem dar uma importância cada vez maior à diplomacia esportiva, uma vez que elas vêm identificando nessa forma de diplomacia uma forma de atingir objetivos específicos relacionados ao crescimento econômico. Inserem-se nesse contexto as campanhas de tais Estados para sediar grandes eventos esportivos, que, no passado, ocorriam primordialmente em Estados desenvolvidos.

A diplomacia esportiva permite aos governos uma flexibilidade considerável para testar as forças e as fraquezas de uma relação diplomática além das posições políticas oficiais, e os intercâmbios que tal diplomacia promove são métodos brandos de se explorar uma possível mudança política. Eles criam canais alternativos para o diálogo entre povos e nações, mas, em alguns casos, podem ser empregados como ferramentas para punir algum Estado, provoca-lo ou mostrar desprezo em relação a ele (MURRAY, 2013, p. 13). Deve-se também observar que a animosidade e a violência são manifestas no esporte, não se caindo num idealismo ingênuo. O esporte também produz trapaceadores, esturpadores, indivíduos que usam o doping e apostadores, que são tipos

que não se enquadram exatamente nas características da atividade diplomática. Essa lacuna entre a realidade do esporte e o idealismo esportivo é contraproducente para a diplomacia esportiva, porque afeta a credibilidade do emissor da mensagem, e a própria mensagem acaba por cair no vazio. Ainda que muitos Estados pensem que estão usando o esporte para seus propósitos, muitas pessoas assimilam uma mensagem oposta àquela que os Estados pensam estar emitindo (REDEKER, 2008, p. 495-498). Além disso, aqueles indivíduos que são escolhidos para se tornarem enviados esportivos incorporam a visão idealizada de esporte que os governos projetam e assim não representam efetivamente o que é o “esporte real” (MURRAY e PIGMAN, 2014, p. 1105-1106). A retórica positiva que sugere que os encontros esportivos possam atuar como uma válvula de escape para conflitos nas relações internacionais ao conduzir uma “batalha metafórica” no local de competição é somente parcialmente verdadeira. Os esportes nem sempre são substitutos da guerra ou formas simbólicas e não-violentas de estimular as relações internacionais (MURRAY, 2013, p. 14).

Como colocam Budd e Levermore (2003), o esporte pode ser utilizado para fortalecer a visão dominante do mundo político dividido cartográfica e politicamente em Estados competidores. Muitas vezes, os próprios Estados até mesmo utilizam meios escusos na busca de prestígio e ampliação da posição relativa. De acordo com Gerrard (2008, p. 461-462), uma série de governos era dotada de programas de dopagem de atletas, o que demandava a colaboração de médicos, cientistas e especialistas em treinamento esportivo. No caso da Alemanha Oriental, essa infraestrutura secreta era preservada com um rígido monitoramento do Estado. Drogas poderosas eram administradas aos melhores atletas a fim de melhorar seu rendimento, em particular as anabólicas, derivadas da testosterona e dotadas de poder de ampliação da massa

muscular. Os efeitos colaterais da administração dessas substâncias em homens e mulheres no longo prazo foram o desenvolvimento de doenças do coração e do fígado, bem como variadas formas de câncer. Quando o escândalo do doping na Alemanha Oriental veio à tona, o COI precisou fortalecer os mecanismos legais que limitavam o uso de drogas no esporte. Desde os Jogos Olímpicos da Cidade do México em 1968, a Comissão Médica do COI assumiu a responsabilidade crescente de credenciar laboratórios a fim de realizar análises de amostras de urina dos atletas e publicar a lista de substâncias proibidas (GERRARD, 2008, p. 461-462). Entretanto, o doping continua sendo uma realidade nos esportes contemporâneos, e se acredita que alguns Estados ainda mantenham programas secretos de administração de drogas em seus atletas a fim de obterem melhores desempenhos em competições esportivas.

Analisando a própria história do movimento olímpico, é possível observar a relação entre os esportes e a política internacional por meio do papel das organizações internacionais, em particular a relação entre o esporte internacional e a diplomacia. Como lembra Beacom (2008, p. 12), o Barão Pierre de Coubertin reconhecia – por razões que poderiam ser puramente oportunistas – a relação do movimento com as aspirações da Liga das Nações. Desde então, uma série de organizações internacionais intergovernamentais e não-governamentais tem-se empenhado em mobilizar o esporte como um veículo para o desenvolvimento social e sustentável – em particular em regiões mais pobres do planeta, como o Leste da África –, bem como o ensinamento de higiene pessoal e responsabilidade sexual à juventude, de acordo com Kidd (2008, p. 370). Contudo, os programas que buscam usar os esportes como meios de avançar na reconciliação e na comunicação intercultural em regiões de conflito e na realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ainda são limitados, pois fazem pouco para

engajar a maioria das pessoas com pouca oportunidade de praticar atividades esportivas. Esses programas costumam dedicar seus recursos aos melhores atletas e treinadores nos Estados menos desenvolvidos a fim de que melhorem suas condições. Em grande parte dos casos, os melhores atletas são retirados de suas nações e perdidos como fontes de liderança e transformação nesses locais. Apesar da profusão de programas e conferências internacionais acerca do tema, as iniciativas de esporte para a paz e desenvolvimento ainda são circunscritas, além de serem pouco reguladas e pobremente planejadas e coordenadas e estarem em posição marginal em relação aos principais esforços na promoção do desenvolvimento. Ademais, as organizações precisam da cooperação de outros atores como os governos nacionais, que poderiam prover os programas de pessoal preparado e recursos, mas poucas autoridades realmente se mostraram dispostas a fazer isso (KIDD, 2008, p. 371-372, 375-376).

Diversas organizações intergovernamentais e não-governamentais também procuraram atuar visando a desenvolver formas pelas quais os direitos humanos pudessem ser alcançados e protegidos por meio do esporte, como o próprio direito a participar de atividades esportivas e o uso dos esportes para conquistar os direitos para grupos específicos. Quanto ao direito de participar do esporte e das atividades físicas, as primeiras declarações internacionais específicas surgiram na década de 1970. Entretanto, o sucesso desse tipo de iniciativa pelas organizações internacionais foi alcançado primordialmente nos Estados nórdicos e em Estados com alta renda per capita. Em Estados subdesenvolvidos e em desenvolvimento, o direito de participar em esportes não atinge a todos, e os programas colocam-se de forma neocolonialista, levando à perda de culturas físicas existentes e enfatizando o desenvolvimento de esportes de alto rendimento em detrimento dos esportes locais, dos quais a população

mais participa. Além disso, nem todas as realizações das organizações internacionais foram suficientes para alterar a realidade de exclusão de forma muito significativa. Por exemplo, desde o fim da década de 1970, o direito de mulheres e meninas de participar em atividades esportivas foi endossado internacionalmente, mas elas ainda continuam tendo papel marginal em termos de participação em certos esportes tidos como “masculinos” e recebem salários inferiores aos dos homens. A hostilidade à homossexualidade no cenário esportivo perpetua-se, embora gays e lésbicas tenham estabelecido times e ligas esportivas e organizado eventos esportivos específicos para a comunidade LGBT (DONNELLY, 2008, p. 384-388).

Os efeitos do esporte sobre a diplomacia

Em contraste com a competição esportiva que é utilizada especificamente como um instrumento de diplomacia, a maioria das atividades relacionadas ao esporte internacional não é realizada com qualquer propósito diplomático. Não é à toa que autores como Chehabi (2001) caracterizam tais atividades como formas de relações intersociais e pessoais, distintas das interações entre governos ou corporações transnacionais. Embora muitos eventos esportivos internacionais não sejam instrumentos diplomáticos intencionalmente usados por governos, o esporte internacional acaba servindo como uma forma de diplomacia. Como a diplomacia tradicional entre governos, as competições esportivas internacionais gerenciam a hostilidade entre Estados, povos e outros atores. A atividade do esporte internacional é fundamentalmente relacionada à representação e à comunicação e ocorre em cenários identificáveis, como outras formas de diplomacia. Por conta disso, o impacto do esporte internacional por ele mesmo sobre as relações diplomáticas correntes entre governos,

povos e outros atores pode se dividir em duas categorias: os efeitos diretos do esporte internacional sobre as relações diplomáticas entre governos, nações e povos – o foco desta seção – e a diplomacia especializada para viabilizar competições esportivas internacionais – o foco da seção seguinte.

Os efeitos diplomáticos mais duradouros do esporte internacional são a suspensão e a sublimação do conflito entre entidades políticas. Por exemplo, a trégua durante os Jogos Olímpicos tem como objetivo suspender o aparato de guerra ou a violência no período da competição a fim de permitir aos competidores e aos espectadores deixar provisoriamente de lado suas posições militares e se engajarem na competição. Entretanto, o cumprimento de tal trégua ao longo da história jamais foi total. Por exemplo, a Rússia invadiu a Geórgia em 2008 durante os Jogos Olímpicos de Pequim; entretanto, a invasão não arruinou os Jogos ou desencorajou a audiência mundial a apoiar o Movimento Olímpico. O interesse público globalmente disseminado e o apoio da audiência ao redor do mundo são fundamentais para o impacto do esporte internacional sobre a atividade diplomática. O público vê as nações de todo mundo representadas pelos seus respectivos competidores, que se juntam em um local para se engajarem em uma competição organizada, segura e não-violenta. Tais competidores representam seus Estados e seus povos num sentido real, embora não tenham sido indicados pelos seus governos para fazê-lo, e partilham com suas contrapartes de outros Estados um compromisso com a excelência, o respeito pelas regras e a paixão pelo esporte (MURRAY e PIGMAN, 2014, p. 1107).

Entretanto, num outro extremo, o esporte internacional pode afetar as relações diplomáticas de forma a elevar as tensões nacionais e exacerbar relações complicadas. Por exemplo, o conflito entre fãs de El Salvador e Honduras em partidas de qualificação

para a Copa do Mundo de Futebol de 1970 foi usado como pretexto para a guerra entre os dois Estados. Após a invasão da Tchecoslováquia pelas forças do Pacto de Varsóvia lideradas pela URSS em 1968, as competições de hóquei no gelo e polo aquático entre os dois Estados foram marcadas pela violência. Ademais, grandes eventos esportivos internacionais podem atrair grupos que buscam atingir seus objetivos políticos ao criar problemas para a realização do evento, como as organizações terroristas. Por conta disso, as preparações para eventos esportivos internacionais requerem cooperação entre times, comissões esportivas e governos para tornar a competição segura para competidores, espectadores e provedores de serviços no local do evento. Os sistemas de pontuação e de contagem de vitórias e perdas também podem ter um impacto significativo na forma como os resultados de uma competição esportiva internacional são percebidos e como as populações nos Estados participantes e ao redor do mundo podem ver esses resultados como indicadores das relações diplomáticas entre os Estados competidores. A audiência global desenvolve percepções e forma opiniões sobre Estados em parte de acordo com o desempenho de seus competidores individuais e times nacionais em competições esportivas internacionais; assim, métodos múltiplos de medida de sucesso em algumas competições esportivas internacionais facilitam o reconhecimento das realizações dos atletas individuais e dos times, apesar das diferenças entre competidores e Estados. A questão torna-se ainda mais complicada quando o desempenho dos atletas deve ser avaliado por um conjunto de juízes por méritos técnicos e, muitas vezes, também por impressão artística. Esportes como a patinação artística e a ginástica artística enfrentam os desafios relacionados à subjetividade dos juízes. As percepções da audiência global sobre o profissionalismo dos juízes de determinados Estados e também o “jogo limpo” dos competidores podem

afetar a estima pública por determinados Estados num sentido importante para a diplomacia pública (MURRAY e PIGMAN, 2014, p. 1107-1110).

A diplomacia especializada do esporte internacional

Como desenvolvido acima, os esportes envolvem inúmeros setores econômicos e mercados, a produção de diversos bens e a interseção de múltiplas esferas políticas dentro e fora do Estado. A popularidade de megaeventos tem forte apelo emocional, e megaempresas podem explorar as aspirações sociais e as buscas individuais por novos eixos de identificação manifestos a partir do consumo. Por conta disso, companhias nacionais e transnacionais patrocinam eventos esportivos com valores comerciais crescentes e que têm efeitos não apenas sobre os ganhos de tais empresas, mas outros atores. Comissões e federações de esportes e o COI ganham status como atores políticos que podem influenciar as condições para o futuro econômico e até mesmo político de diversos Estados, já que diversos governos vêm definindo objetivos de desenvolvimento em torno da participação em campanhas para sediar megaeventos. Ademais, deliberações das comissões e federações esportivas podem refletir divisões, influência, poder e rivalidade existentes nas relações internacionais, fazendo com que essas comissões e federações sirvam como palcos para a perpetuação de hierarquias ou para a formação de coalizões que busquem combatê-las. Na própria organização de eventos esportivos, abrem-se plataformas para a cooperação entre governos de Estados e atores não-estatais visando a atingir objetivos comuns de promoção do desenvolvimento, e, no caso de Estados emergentes, tem-se a possibilidade de converter um conjunto limitado de recursos em capital político e diplomático na negociação com os Estados desenvolvidos (CORNELISSEN, 2008, p. 483-484).

A fim de que uma competição esportiva internacional possa ocorrer de forma bem sucedida, é necessário que haja um conjunto de atores com representação e comunicação diplomática focados na negociação dos termos do evento e de sua produção. Um exemplo da diplomacia mais especializada ficou claro durante a Copa do Mundo da FIFA de 2002, que foi realizada em conjunto pelo Japão e pela Coreia do Sul. Ambos os governos tiveram que negociar um com o outro, suas federações nacionais de futebol e a FIFA a fim de concordar com os termos viáveis para um arranjo de realização conjunta do evento. Tais atores, junto aos patrocinadores globais e às empresas de comunicação, tiveram que se comunicar e negociar em uma base contínua por sete anos até o evento e durante sua realização. Para que cada esporte ou evento esportivo internacional operem de forma bem sucedida, é necessária uma estrutura institucional que inclui regras, normas e algum tipo de corpo ou entidade administrativa para gerir a interação internacional dentro do esporte. As entidades esportivas internacionais devem administrar as regras do esporte e as normas gerais de treinamento e emprego de árbitros das competições internacionais. Como instituições multilaterais envolvidas em atividades diplomáticas, tais entidades têm documentos fundadores que contêm a declaração de suas missões e a definição de seus objetivos, bem como de seus interesses e prioridades de agenda. A fim de alcançar seus objetivos, essas instituições devem se engajar em negociações com governos, entidades esportivas regionais e nacionais, grandes empresas que patrocinam as competições e as empresas de comunicação. Os principais focos da negociação incluem a definição do direito às cidades e aos Estados de sediar os eventos esportivos internacionais, a provisão de segurança adequada para tais megaeventos, a elaboração de contratos de patrocínio e transmissão e a ligação dos eventos esportivos com objetivos humanitários e de

desenvolvimento econômico. Tais entidades esportivas internacionais devem também se comunicar com a audiência global em base permanente a fim de promover o esporte, ampliar sua visibilidade e atestar sua legitimidade. Essas atividades diplomáticas especializadas nas quais as entidades esportivas internacionais se engajam requerem as habilidades e as sensibilidades requeridas de representantes diplomáticos de governos ou de outros atores não-estatais. As instituições esportivas internacionais devem não apenas organizar o esporte, mas gerir seus próprios órgãos. A reputação dessas instituições desempenha um papel fundamental na sua legitimidade percebida, o que tem um impacto primordial na sua efetividade na negociação e na busca de seus objetivos (MURRAY e PIGMAN, 2014, p. 1111-1112).

Cabe lembrar que a formação de uma coalizão efetiva entre agências de um governo nacional, governos subnacionais, comitês esportivos nacionais e algumas vezes câmaras de comércio nacionais e regionais que possam negociar com a instituição esportiva internacional é um elemento requerido para Estados e cidades que buscam conquistar o direito de sediar um evento esportivo como os Jogos Olímpicos ou a Copa do Mundo de um grande esporte. Ademais, um aspecto que também deve ser levado em conta nessas negociações diz respeito ao reconhecimento diplomático dos competidores de um determinado evento esportivo. As decisões relacionadas a tal reconhecimento são políticas na sua essência e são, em geral, contenciosas e contestadas. Cada instituição esportiva internacional deve decidir quais são as federações esportivas nacionais que serão reconhecidas e aceitas como membros. A questão se torna contenciosa uma vez que evoca debates em torno da soberania de determinadas entidades em relação a outras. Um dos casos mais evidentes é o status das federações esportivas da República Popular da China e de Taiwan. O governo chinês apresenta objeções à participação de atletas de

Taiwan em eventos internacionais, uma vez que tal participação pode implicar o reconhecimento da soberania de Taiwan (MURRAY e PIGMAN, 2014, p. 1112-1113).

No nível doméstico, campanhas para sediar eventos esportivos de médio e grande porte tornam necessária a realização de uma série de investimentos, como a construção de estradas, a modernização de estádios e o desenvolvimento de uma rede de serviços mais eficiente. Contudo, nem sempre é fácil para as lideranças desses Estados convencer uma população relutante e cética de que tais investimentos possam trazer bases para que mais investimentos sejam feitos no futuro e novas candidaturas sejam possíveis (CORNELISSEN, 2008, p. 486). Podem ser sinalizados benefícios como a geração de empregos diretos e indiretos e o desenvolvimento de infraestrutura e, em sociedades abaladas por históricos de exclusão e de intolerância como a sul-africana, o desenvolvimento de maior integração entre raças e etnias diferentes, de políticas de reconciliação e de coesão nacional. A melhoria dessas condições domésticas pode ter efeitos positivos no nível internacional, permitindo ao Estado maior prestígio e participação em fóruns multilaterais e a mudança da imagem do Estado não somente perante investidores, mas organizações de direitos humanos e instituições voltadas para a defesa de valores democráticos. Entretanto, como enfatizam Allison e Monnington (2002, p. 132), o investimento no esporte e na educação física em nível de elite e para as massas não costuma atrair muito apoio quando a infraestrutura socioeconômica geral é precária. Os esportes podem trazer reconhecimento e prazer temporários a sociedades em crise, mas não eliminam definitivamente os efeitos de políticas e economias corruptas em colapso e, por isso, não costumam ser prioridade para populações mais preocupadas com segurança, educação e emprego.

Nem sempre os efeitos positivos imaginados com a realização de grandes eventos esportivos são atingidos. Além de muitos governos acabarem contraindo dívidas enormes e terem que arcar com déficits orçamentários – como foi o caso da Grécia na construção da estrutura dos Jogos Olímpicos de Atenas de 2004 – e de contribuintes questionarem se os gastos realmente valeram a pena, um dos principais desafios para diversos governos é honrar as “dívidas diplomáticas” adquiridas com os parceiros que os apoiam em suas campanhas para sediar eventos esportivos. Allison e Monnington (2002, p. 130-131) apontam que os custos da realização desses eventos podem estar além das capacidades orçamentárias nacionais, o que levaria à necessidade desses Estados de pedirem auxílio a agências externas de financiamento a fim de implementarem os projetos e, uma vez mais, reforçarem-se imagens de neocolonialismo e dependência econômica. Ademais, como coloca Nauright (2013, p. 25), os interesses das comunidades locais, as práticas democráticas e a transparência pública podem ser subvertidos conforme empresas e governos se aliam em apoio a economias direcionadas à realização de eventos esportivos como parte de estratégias de crescimento e catalizadores de recursos adicionais para o desenvolvimento econômico local e regional. Cabe também lembrar os custos sociais da preparação e da realização de eventos esportivos que impactam a vida cotidiana, como o congestionamento do trânsito, a ampliação da criminalidade, as alterações radicais das atividades diárias, o aumento da poluição, desapropriações residenciais e a ruptura de comunidades históricas. Além disso, muitas estruturas construídas para se sediar um evento apresentam altos custos de manutenção e operação, têm pouco uso prático e acabam sendo subutilizadas, abandonadas ou demolidas após o evento.

Considerações finais

O esporte internacional foi um dos muitos veículos e plataformas que evidenciaram as transformações da diplomacia. Hoje, o uso tradicional do esporte internacional por governos – para exacerbar relações bilaterais em deterioração, por exemplo – está em declínio, e o esporte internacional é empregado cada vez menos para enviar mensagens entre Estados com relações normais, uma vez que os líderes nacionais se encontram e exploram as novas tecnologias e canais de comunicação. No século XXI, é mais provável que o esporte seja usado para explorar a possibilidade de retomar relações congeladas. Teórica e praticamente, a relação entre diplomacia e esporte internacional começa a atrair mais atenção, e se amplia o uso do esporte nas relações internacionais, mas seu papel também não deve ser exagerado. O esporte internacional raramente é uma condição suficiente para a diplomacia. Ele se mostra mais efetivo como uma condição facilitadora do que como uma causa específica de inovações ou crises diplomáticas. Os intercâmbios esportivos podem oferecer canais valiosos para reaproximações e normalização das relações entre Estados uma vez que as condições políticas no sistema internacional sejam ideais. De outra forma, a relação entre diplomacia e esporte internacional seria impossível. Relações hostis podem abalar todos os meios diplomáticos, inclusive aqueles relacionados ao esporte internacional. A vantagem da exploração dessa relação está no fato de que o esporte internacional tradicionalmente pareceu estar fora dos domínios da política e da diplomacia. Porém, o desenvolvimento da relação entre esporte internacional e diplomacia confirma as situações em que o esporte é politizado: a sinalização negativa de punições e a sinalização positiva de boa vontade (ZHANG, 2013, p. 224-233). O lema da Copa do Mundo da FIFA de 2014 no Brasil aponta tal boa vontade: “Juntos num só ritmo”. No

que diz respeito à relação entre diplomacia e esporte internacional, essa junção nem sempre ocorreu no mesmo ritmo, mas ainda é bastante promissora apesar das evidentes limitações.

Referências bibliográficas

ALLISON, Lincoln; MONNINGTON, Terry. Sport, Prestige and International Relations. *Government and Opposition*, v. 37, n. 1, p. 106-134, 2002.

BEACOM, Aaron. Sport in international relations: a case for cross-disciplinary investigation. *The Sports Historian*, v. 20, n. 2, p. 1-23, 2000.

BUDD, Adrian; LEVERMORE, Roger. (Ed.) *Sport and International Relations: An Emerging Relationship*. Londres: Routledge, 2003.

BULL, Hedley. *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. Nova York: Columbia University Press, 1977.

CASTRO, Andreia Soares e. 2014 FIFA World Cup and 2016 Olympic Games: Brazil's strategy 'to win hearts and minds' through sports and football. *PD Magazine*, Los Angeles, v.5, n.1, p. 28-35, 2013.

CHA, Victor D. *Beyond the Final Score: The Politics of Sport in Asia*. Nova York: Columbia University Press, 2008.

CHEHABI, H.E. Sport Diplomacy Between the United States and Iran. *Diplomacy & Statecraft*, v. 12, n. 1, p. 89-106, 2001.

CORNELISSEN, Scarlett. Scripting the nation: sport, mega-events, foreign policy and state-building in post-apartheid South Africa. *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 481-493, 2008.

DEOS, Anthony. Sport and relational public diplomacy: the case of New Zealand and Rugby World Cup 2011. *Sport in Society*, v. 17, n. 9, p. 1170-1186, 2014.

DONNELLY, Peter. Sport and human rights. *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 381-394, 2008.

GERRARD, David F. Playing foreign policy games: States, drugs and other Olympian vices. *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 459-466, 2008.

GOLDBERG, Jeremy. Sporting Diplomacy: Boosting the Size of the Diplomatic Corps. *The Washington Quarterly*, v. 23, n. 4, p. 63-70, 2000.

HARDCASTLE, Jonathon. Examining International Relations In The Realm Of Sports Through History. *Leisure and Sport Review*, 2006. Disponível em: <<http://www.lasr.net/recreationarticles.php?ID=6382>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

HOULIHAN, Barrie. *Sport and International Politics*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1994.

JACKSON, Steven J.; HAIGH, Stephen. Between and beyond politics: Sport and foreign policy in a globalizing world. *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 349-358, 2008.

KIDD, Bruce. A new social movement: Sport for development and peace. *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 370-380, 2008.

MAGUIRE, Joseph. 'Real politic' or 'ethically based': Sport, globalization, migration and nation-state policies. *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 443-458, 2008.

MANZENREITER, Wolfram. Football Diplomacy, Post-Colonialism and Japan's Quest for Normal State Status. *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 414-428, 2008.

MILLER, Toby; LAWRENCE, Geoffrey A; MCKAY, Jim; ROWE, David. *Globalization and Sport: Playing the World*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications Ltd., 2001.

MURRAY, Stuart. Sports-Diplomacy: A Hybrid of Two Halves. Artigo apresentado no International Symposium on Cultural Diplomacy. *Anais...* Berlim, 11-13 maio 2011, p. 1-25.

MURRAY, Stuart. Moving beyond the Ping-Pong table: sports diplomacy in the modern diplomatic environment. *PD Magazine*, Los Angeles, v.5, n.1, p. 11-16, 2013.

MURRAY, Stuart; PIGMAN, Geoffrey Allen. Mapping the relationship between international sport and diplomacy. *Sport in Society*, v. 17, n. 9, p. 1098-1118, 2014.

NAURIGHT, John. Selling nations to the world through sports: mega-events and nation branding as global diplomacy. *PD Magazine*, Los Angeles, v.5, n.1, p. 22-27, 2013.

QINGMIN, Zhang. Sports Diplomacy: The Chinese Experience and Perspective. *The Hague Journal of Diplomacy*, n. 8, p. 211-233, 2013.

REDEKER, Robert. Sport as an Opiate of International Relations: The Myth and Illusion of Sport as a Tool of Foreign Diplomacy. *Sport in Society*, v.11, n.4, p. 494-500, 2008.

SENN, Alfred E. *Power, Politics, and the Olympic Games*. Champaign, Illinois: Human Kinetics Publishers, 1999.

TOOHEY, Kristine. Terrorism, sport and public policy in the risk society. *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 429-442, 2008.

VANC, Antoaneta M. The counter-intuitive value of celebrity athletes as antidiplomats in public diplomacy: Ilie Nastase from Romania and the world of tennis. *Sport in Society*, v. 17, n. 9, p. 1187-1203, 2014.